

**Instituto Brasileiro de Administração Municipal - IBAM**

**Área de Desenvolvimento Econômico e Social - DES**

**Programa de Educação Ambiental da  
Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto  
CNAAA**



**Julho de 2010**

**Produto 4**

**Programa de Educação Ambiental da Central Nuclear  
Almirante Álvaro Alberto – CNAAA**

*Coordenação Geral*

**Alexandre C. de Albuquerque Santos**

**Superintendente da Área de Desenvolvimento Econômico e Social**

*Equipe*

**Bernardo Mercante**

**Bruno Coutinho**

**Gustavo Rabello**

**Hérculis Tolêdo**

**Ísis Perdigão**

**Kátia Silva**

**Louise Storni**

*Apoio Administrativo*

**Flávia Lopes**

**SUMÁRIO**

<b>Apresentação</b>	<b>03</b>
<b>1. Introdução</b>	<b>06</b>
<b>2. Programa de Educação Ambiental – Texto Base</b>	<b>12</b>
<b>3. Plano de Ação para a Institucionalização, Implementação e Execução do Programa de Educação Ambiental da Eletronuclear</b>	<b>39</b>
<b>4. Considerações finais</b>	<b>46</b>

## APRESENTAÇÃO

Este documento, produto final do contrato GCC.A/CT – 743/2008, celebrado entre a ELETRONUCLEAR e o IBAM, contém o ***Programa de Educação Ambiental da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA***.

Expressa, portanto, os objetivos e a metodologia presentes na proposta original do trabalho e nos produtos anteriores:

*Desenvolver um Programa de Educação Ambiental aliado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável capaz de, simultaneamente:*

- *Garantir a continuidade e a permanência do tema no processo educativo;*
- *Fortalecer a participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente;*
- *Garantir a democratização das informações ambientais;*
- *Fomentar a integração entre as políticas públicas e as ações ambientais e;*
- *Promover o fortalecimento institucional da gestão ambiental local, articulando as diferentes esferas do poder público, setor privado e sociedade civil.*

Portanto, esse documento representa o resultado final de um processo de trabalho, desenvolvido em aproximadamente 8 meses e realizado em estreita obediência às diretrizes emanadas da condicionante 2.60 para o licenciamento da Unidade III do Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto - CNAAA - e as orientações pedagógicas do IBAMA. Vale salientar que tais orientações expressam a necessidade de uma construção compartilhada entre a equipe do IBAM, a equipe da Eletronuclear - presente em todos os momentos – e os agentes sociais e

institucionais da área de influência - CNAAA – ou sejam, os municípios de Angra dos Reios, Paraty e Rio Claro. Sendo assim, o resultado alcançado expressa sobretudo as opiniões e compreensões desses atores e as direções aqui apontadas foram estabelecidas em consenso nesse processo de diálogo.

O princípio basilar que, por sua vez, orientou essa construção decorre das normas concernentes à Educação Ambiental expedidas pelo Governo Federal:

*“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade”. (Art. 1º Lei nº9.795 de 27 de abril de 1999).*

Com base nessa orientação metodológica e nesse princípio conceitual foi construído e validado o Programa de Educação Ambiental sintetizado nesse documento que está estruturado em quatro tópicos:

- INTRODUÇÃO: Onde se recuperam aspectos relativos ao desenvolvimento do processo de trabalho, em especial aqueles associados aos princípios orientadores do diagnóstico e da construção participativo do Programa;
- Capítulo I: Texto-base do Programa de Educação Ambiental;
- Capítulo II: Plano de Ação para a institucionalização, implementação e execução do Programa;
- Capítulo III: Considerações Finais.

## 1. INTRODUÇÃO

Para que se possa compreender o sentido e a direção do processo percorrido nessa construção, bem como seus resultados, torna-se necessário retomar, de forma sucinta, algumas informações fundamentais acerca dos princípios, objetivos e metodologia do Projeto de Construção do Programa de Educação Ambiental. Os relatórios anteriores (produtos 1, 2 e 3) deste trabalho e a proposta que o orienta contêm, evidentemente, uma análise mais aprofundada dos temas tratados nesta introdução.

Como já mencionado, a origem desse processo de construção decorre de uma condicionante específica do Licenciamento Prévio para a construção da unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto – CNAAA, qual seja, a **condicionante 2.60**, que determina a construção de um Programa de Educação Ambiental a partir da realização de um diagnóstico e seguindo princípios de ação (e de participação) específicos que constam em Termo de Referência (“Orientações Pedagógicas”) emanado pelo IBAMA.

O esquema a seguir apresenta, de forma sucinta, o desenvolvimento do processo de construção do Programa de Educação Ambiental:



Figura 1 – Esquema de Desenvolvimento do processo de Construção do Programa de Educação Ambiental

Como se pode visualizar no Esquema apresentado, o processo de trabalho se caracterizou por uma metodologia participativa, como um processo estruturado em torno da realização de um Diagnóstico Participativo (seta na parte superior do esquema) constituído de 3 etapas, cujas finalidades foram, simultaneamente: (1) a definição de públicos para o Programa a partir das percepções compartilhadas pelos grupos sociais da região, acerca dos riscos socioambientais e tecnológicas ligados à questão nuclear; e (2) a definição de diretrizes, objetivos, prioridades e critérios que nortearão o Programa.

Essas três etapas devem ser pensadas como complementares e, tal como demonstrado no Esquema de Desenvolvimento, têm como resultado esperado a consolidação de um documento-base para o Programa, contendo Princípios, Objetivos, Diretrizes, Estratégias Didático-Pedagógicas, Linhas de Ação Prioritárias, Critérios para Ações, Esboço Preliminar da Implementação do Programa e Forma de Controle Social do mesmo.

Assim, e de forma complementar, a seta presente na parte de baixo do esquema (Controle Social) enfatiza que paralelamente à realização do Diagnóstico Participativo, fosse fomentada junto aos atores da região a mobilização necessária para a constituição de uma Instância de Controle Social para participar, acompanhar e monitorar os processos de construção, implementação e execução do Programa de Educação Ambiental.

O processo de trabalho realizado, logrou tal mobilização e prontidão dos atores sociais e institucionais da região e na implementação do Programa pela Empresa a definição de sua operacionalização é tema prioritário. Vale chamar atenção para o fato de que tal instância, além de ser uma exigência específica contida nas "Orientações Pedagógicas", deve ser entendida como uma oportunidade para estreitar relações contínuas entre a Empresa e as comunidades e governos dos



Municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, aperfeiçoando sua atuação local e sua imagem junto a esses atores.

Em relação especificamente a esse processo dialógico estabelecido ao longo do processo de trabalho cabem complementarmente alguns comentários que resumem a dinâmica reportada detalhadamente nos produtos anteriores.

Nesse processo, além de contatos e entrevistas com atores de per si, foram realizadas 3 rodadas de Oficinas, correspondendo cada qual a uma das Etapas do processo de trabalho: i) Oficinas de Discussão, ii) Oficinas Complementares e; iii) Oficina de Validação do texto base do Programa de Educação Ambiental.

Na primeira rodada foram realizadas, em junho de 2009, cinco Oficinas de Discussão, agregando-se atores segundo os respectivos segmentos institucionais. Dessas Oficinas participaram cerca de 50 instituições em acordo com a seguinte segmentação:

- Oficina 1: representantes da sociedade civil (Associações de Moradores, Produtores Rurais, Comunidades Tradicionais e Colônias de Pescadores);
- Oficina 2: representantes do poder público ligados à questão ambiental (INEA, secretarias municipais de meio ambiente, planejamento e saúde, e Unidades de Conservação federais, estaduais e municipais);
- Oficina 3: representantes da sociedade civil (Organizações Não-Governamentais e Entidades com atuação na região);
- Oficina 4: funcionários da ELETRONUCLEAR;

- Oficina 5: representantes da secretaria estadual de educação, das secretarias municipais de educação e de escolas municipais e estaduais (diretores e docentes) dos municípios de Angra dos Reis, Parati, Rio Claro, além de representantes de Universidades que tenham inserção em ações na região.

Na segunda Etapa foram realizadas as Oficinas Complementares, que aconteceram em setembro de 2009 nos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro. Em cada município foi realizada uma oficina reunindo os atores dos distintos segmentos institucionais do respectivo município.

Nelas o objetivo principal foi definir, com base no resultado da discussão realizada nas primeiras oficinas, **parâmetros e orientações gerais** para o Programa de Educação Ambiental. De suas deliberações decorreram sugestões concernentes à concepção do Programa propriamente dito, tratando-se dos seguintes:

1. Princípios e objetivos do Programa;
2. Temas e linhas de atuação prioritárias
3. Critérios de seleção e aprovação de ações futuras;
4. Encaminhamento da forma de Controle Social do Programa e;
5. Estrutura organizacional e funcional do Programa.

A participação no processo manteve-se constante ao longo do tempo, uma vez que as oficinas complementares tiveram a participação de aproximadamente 60 pessoas, representando aproximadamente 40 instituições, resultado praticamente igual ao da primeira rodada de oficinas. Além disso, pode-se antecipar que a qualidade da participação foi excelente, com debates aprofundados e resultados tangíveis (ver descrição detalhada do processo nos produtos anteriores desse trabalho).

Tendo como base os dados levantados nas Oficinas Complementares, e conjugando-se a isso a análise de todo o processo de construção coletiva, após a sistematização das informações e a formatação do Programa foi realizada, em novembro de 2009, a Oficina de Validação – com a função de apresentar, validar e consolidar o texto-base do Programa. Dessa Oficina foram instados a participar todos os públicos envolvidos no processo de trabalho, estando presentes 15 instituições representativas da região e dos Municípios focalizados.

O resultado aqui apresentado, expresso no texto base do Programa de Educação Ambiental, apresentado no próximo capítulo desse documento foi portanto validado e representa o consenso estabelecido nesse processo. No capítulo subsequente alinham-se recomendações operacionais à Eletronuclear de forma a que o Programa aprovado seja efetivamente implementado.

## 2. PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA ELETRONUCLEAR TEXTO BASE

### 2.1 – Contextualização e Justificativa

Este documento contém as diretrizes orientadoras do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR. Tais diretrizes têm a função de reger, dando-lhes seus parâmetros gerais, a implementação, a execução e o acompanhamento do Programa, que deve ser entendido como parte integrante das políticas da Empresa.

As informações aqui contidas foram levantadas e debatidas coletivamente, com pessoas e instituições que representam diversos grupos sociais da região que congrega os municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, no Estado do Rio de Janeiro, área que passa a ser entendida, daqui por diante neste documento, como **foco de atuação** do Programa.

Esse processo de **construção coletiva** do Programa de Educação Ambiental foi empreendido no contexto das condições impostas para o Licenciamento Ambiental da Instalação da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (Angra 3). Como todo grande empreendimento produtivo, notadamente quando este está inserido no contexto da questão nuclear (plena de diferentes representações e conflitos de entendimento sobre sua necessidade e conveniência), a construção de Angra 3 implica em uma série de impactos sobre sua área de influência, que podem ter um caráter positivo ou negativo, podem representar uma série de ameaças ou de oportunidades, dependendo da forma como tais impactos sejam entendidos e trabalhados.

Nesse sentido, e seguindo as Orientações Pedagógicas para a Construção do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR, definidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA), órgão responsável pelo processo de licenciamento, realizou-se um **Diagnóstico Participativo** com os grupos sociais dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, por meio da contratação de uma entidade especializada em processos de organização e participação popular, com a função de mediar o processo de construção coletiva do Programa, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM).

Tendo em vista esse contexto, o diagnóstico participativo acima citado partiu de um direcionamento específico e buscou objetivos claros. Tal direcionamento mantém relação estreita com a problematização crítica da questão nuclear, sua decodificação e entendimento por parte de todos os grupos sociais direta ou indiretamente a ela associados. Assim, os objetivos buscados seriam o do mapeamento das representações compartilhadas por tais grupos acerca das oportunidades e ameaças associadas à questão nuclear e, assim, a definição de diretrizes e parâmetros gerais para nortear as ações do Programa de Educação Ambiental.

Quando da efetiva institucionalização do Programa por parte da ELETRONUCLEAR, congregando-o à estrutura institucional que configura as suas políticas, as **sínteses e sistematizações** enviadas aos atores participantes, fruto do diagnóstico participativo realizado, que constam dos relatórios do processo entregues à empresa, devem ser anexados ao texto-base do Programa, para que este último possa manter disponível a todos os públicos o registro documentado do processo de construção do Programa de Educação Ambiental e das representações dos diferentes grupos sociais a serem trabalhados pelo Programa, como base para a constituição, em cada uma de suas ações (e determinada pelas definições deste documento), de diferentes estratégias didático-pedagógicas para diferentes públicos.

## 2.2 – Princípios e Objetivos do Programa

Os princípios e objetivos aqui expostos devem ser respeitados e buscados nas ações abrangidas pelo Programa de Educação Ambiental. Uma vez que: i) foram definidos com a participação dos diferentes grupos sociais dos Municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro; ii) estão em consonância com o marco legal que orienta as políticas públicas de Educação Ambiental, bem como pelas recomendações e orientações expedidas pelo IBAMA e; iii) orientam-se para a busca do Desenvolvimento Sustentável, tendo em conta as peculiaridades locais.

### **São princípios orientadores do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR:**

- I - O enfoque humanista, holístico, democrático, equitativo e participativo;
- II - A concepção do meio ambiente em sua totalidade e transversalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - O pluralismo de idéias e concepções pedagógicas, tendo como perspectivas a inter, a multi e a transdisciplinaridade;
- IV - A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho, a democracia participativa e as práticas sociais;
- V - A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;

VI - A efetiva participação da comunidade, a transparência, e o controle social do processo;

VII - A permanente avaliação crítica do processo educativo;

VIII - A abordagem articulada das questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e global, como forma de garantir o comprometimento de todas as partes envolvidas no Programa de Educação Ambiental;

IX - O reconhecimento, respeito e resgate da pluralidade e diversidade cultural e biológica existentes na região abrangida pelo Programa;

X - O desenvolvimento de ações junto a todos os membros da coletividade, respondendo às necessidades e interesses dos diferentes grupos sociais e faixas etárias, incluindo aí o respeito aos direitos territoriais e culturais das comunidades tradicionais e, quando for o caso, o incentivo à manutenção das condições de permanência do homem no campo.

#### **São objetivos do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR:**

I - O desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente e suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos, levando em consideração o marco legal bem como as características regionais da área de abrangência do Programa;

II - O estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

III - O incentivo à participação comunitária, ativa, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;

IV – O estímulo a ações de conservação do meio ambiente, no sentido de garantir a vida presente e futura;

V - O estímulo à cooperação entre as diversas localidades e comunidades, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, equidade, democracia, justiça social e sustentabilidade, criando instrumentos de implementação da educação ambiental em conformidade com a legislação vigente e as realidades locais;

VI – A garantia do fortalecimento dos princípios de respeito aos povos tradicionais e comunidades locais e de solidariedade internacional como fundamentos para o futuro da humanidade;

VII – A garantia da democratização das informações ambientais (em especial aquelas relacionadas à ELETRONUCLEAR), promovendo estratégias de divulgação adequadas à diversidade social local através da participação da população, tendo como base a educação e a formação profissional, a utilização de todas as mídias e formatos disponíveis e acessíveis às populações, e a interação entre saber técnico e saber popular;



VIII - O fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e as tecnologias menos poluentes;

IX - O fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e da solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade;

X – O incentivo ao fortalecimento institucional da gestão ambiental através de entidades que atuem em favor da implantação da Agenda XXI em todas as esferas (local, regional, nacional e global).

### 2.3 – Temas e Linhas de Atuação Prioritárias

Além de se pautar pelos princípios e buscar os objetivos acima expostos, o Programa de Educação Ambiental, pela especificidade de sua temática e pelo contexto institucional em que se insere, deve, em suas ações, respeitar certas prioridades e direcionamentos. Assim, conforme a visão dos diferentes grupos sociais da região acerca de seus principais problemas e oportunidades, dentro do contexto que envolve a questão nuclear e a educação ambiental foram definidos temas e linhas de atuação prioritários para o Programa de Educação Ambiental, que devem condicionar suas ações.

Entretanto, antes de apresentar os temas e linhas prioritárias realça o fato de que, no processo de definição dessas prioridades, surgiu uma série de propostas de diversas naturezas, que foram depois consolidadas conforme a importância a elas dada pelos grupos sociais e a pertinência de inserção no contexto de ações de Educação Ambiental. No entanto, alguns temas gerais apareceram com demasiada ênfase, e foram classificados como **temas transversais**.

Os Temas Transversais, no contexto deste Programa, são aqueles que devem ser contemplados em todas as ações do Programa, independentemente de sua

natureza, do Tema ou da Linha de Atuação específica em que se encaixem. São eles:

<b>Temas Transversais</b>
Educação Ambiental
Desenvolvimento Sustentável
Articulação com Políticas Públicas
Controle Social
Comunicação, Divulgação e Transparência

De certa forma, é possível perceber que a recorrência nos debates à esses pontos se constitui numa espécie de confirmação de princípios e objetivos do Programa construído.

Assim, é evidente que todas as ações do Programa devem manter relação com processos de ensino-aprendizagem que problematizem a temática ambiental a partir de um entendimento mais amplo e compreensivo do meio ambiente, tal como se pode depreender dos Princípios e Objetivos do Programa, caracterizando-se portanto como ações de **Educação Ambiental**. Da mesma forma, devem se pautar pela noção de **Desenvolvimento Sustentável**, no sentido de que suas ações devem ter como horizonte o equilíbrio entre ambiente e desenvolvimento, a busca de responder às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de suporte do planeta e as gerações futuras.

Além disso, as ações do Programa devem dar prioridade à sua **Articulação com as Políticas Públicas** nas suas diversas áreas de atuação, buscando elevar a escala de sua atuação e a sustentabilidade da respectiva ação, além de colaborar com o fortalecimento institucional da Gestão Ambiental. Nesse mesmo sentido, a

execução do Programa, e portanto de suas ações, deve sempre permitir uma dinâmica constante de **Controle Social**, entendida como a participação da sociedade organizada no acompanhamento e verificação de suas ações, avaliando os objetivos, processos e resultados. A **Comunicação, Divulgação e Transparência** também se articulam com os outros temas transversais, não só porque se trata de um Programa que pretende apoiar ações educativas, mas marcadamente pela intenção de respeitar, dentro dos próprios procedimentos da atuação do Programa, os princípios da transparência e da correta divulgação das informações.

Partindo da base dos Temas Transversais, no aprofundamento e objetivação do debate foram então mapeados quatro Temas específicos, cada um deles com duas Linhas de Atuação, com a finalidade de melhor direcionar as ações do Programa.

É importante ressaltar que, em muitos casos, temas e linhas de atuação diferentes podem se sobrepor em uma ação ou projeto; na realidade, trata-se de um esforço de definição de prioridades que não exclui, necessariamente, a justaposição de mais de um tema em uma mesma ação. Tal detalhamento tem a finalidade de subsidiar a elaboração de projetos específicos e focados na região de abrangência do Programa.

Os quatro Temas Prioritários para o Programa de Educação Ambiental, bem como as respectivas linhas de atuação são apresentadas na Tabela a seguir segundo os direcionamentos conferidos pelos atores participantes do processo.

TEMA PRIORIZADO	DIREÇÃO DO TEMA	LINHA DE ATUAÇÃO	DIREÇÃO DA ATUAÇÃO
<b>1 - Energia</b>	Apoiar ações que tenham como temática a relação entre Educação Ambiental e a questão energética, no sentido de permitir ao seu público-alvo compreender criticamente os processos que envolvem a geração e a distribuição de energia.	1.1. Energia Nuclear	Apoiar ações que promovam a divulgação, a transparência e a compreensão crítica do processo de geração e distribuição de energia nuclear.
		1.2. Outras formas de geração de Energia	Apoiar ações que promovam a divulgação, a transparência e a compreensão crítica dos processos de geração e distribuição relacionados às diversas fontes de energia que compõem nossa matriz energética e outras matrizes.
<b>2 – Desenvolvimento Local</b>	Apoiar ações que busquem valorizar as potencialidades locais dos municípios que compõem a área de abrangência do Programa, no sentido de fomentar tanto a geração de emprego, trabalho e renda para seus moradores e sua conjugação com ações de Educação Ambiental quanto o incentivo ao uso racional e sustentável dos recursos e sua melhor distribuição.	2.1. Incentivo a Práticas Sustentáveis	Apoiar ações de fomento à geração de trabalho, emprego e renda na região, valorizando as potencialidades locais e o manejo sustentável de seus recursos, incluindo aí, quando pertinente, o incentivo à permanência do homem no campo e a prestação de serviços ambientais por parte da comunidade local.
		2.2. Turismo Sustentável de Base Comunitária	Apoiar ações, sustentáveis e de base comunitária, direcionadas ao desenvolvimento da grande potencialidade regional para o turismo, contribuindo para conservação da cultura e da biodiversidade das comunidades locais.

TEMA PRIORIZADO	DIREÇÃO DO TEMA	LINHA DE ATUAÇÃO	DIREÇÃO DA ATUAÇÃO
<b>3. Formação e Capacitação</b>	Apoiar ações que busquem capacitar pessoas e instituições da região em processos relacionados à temática de Educação Ambiental, tanto no ambiente escolar quanto fora dele.	3.1. Formação de Recursos Humanos	Apoiar ações de capacitação de gestores públicos e outros agentes e instituições da região para a compreensão e execução de ações ligadas à Educação Ambiental, gerando efeitos multiplicadores para a compreensão crítica da temática ambiental.
		3.2. Educação Formal e Não Formal	Apoiar ações que busquem promover a Educação Ambiental juntos aos diversos grupos sociais da região, no ambiente escolar e fora dele, de forma a problematizar de forma crítica, transdisciplinar e dialógica a temática ambiental junto à população da região.
<b>4. Planejamento Territorial</b>	Apoiar ações destinadas a incrementar o planejamento do território, tendo em vista a redução dos impactos socioambientais negativos de sua utilização.	4.1. Impactos socioeconômicos	Apoiar ações de planejamento territorial que busquem reduzir os possíveis impactos negativos da ocupação e utilização do território, do ponto de vista especificamente socioeconômico (demografia, impactos na prestação de serviços públicos, equipamentos públicos, etc).
		4.2. Preservação e Conservação de Recursos Naturais	Apoiar ações de planejamento territorial que busquem reduzir os possíveis impactos negativos da ocupação e utilização do território, tendo em vista a questão da conservação da biodiversidade, dos solos e dos recursos hídricos.

## 2.4. Critérios de Seleção e Aprovação de Ações

A seleção das ações e projetos a serem financiados através do Programa deve se dar a partir de um instrumento de seleção pública (na maioria dos casos, por edital), garantindo assim a transparência do processo. Tal instrumento deve ser publicado e divulgado através de todos os meios e mídias disponíveis, inclusive por meio eletrônico. Acordou-se como recomendável a existência de alguma dinâmica de capacitação dos proponentes para responderem adequadamente às exigências de tal instrumento de seleção.

A discussão realizada no âmbito do Diagnóstico Participativo realizado, além de definir que a forma de seleção de projetos seria por meio de instrumento de seleção pública – por editais, identificou uma série de critérios que devem ser levados em consideração quando do processo de seleção e aprovação de ações. Nesses casos os principais critérios de seleção foram objeto de discussão e validação no processo de construção do Programa e são apresentados na listagem abaixo:

### **Critérios básicos para Seleção e Aprovação de Ações**

- 1 Mérito (intencionalidade)
- 2 Articulação (disposição e capacidade de cooperação entre entidades mediante redes)
- 3 Participação da comunidade (capacidade de mobilização da comunidade, gerando protagonismo)
- 4 Impacto socioambiental (transformações positivas e sustentáveis)
- 5 Capacidade institucional da proponente (experiência, meios materiais, recursos humanos, tecnologias e cultura de gestão apropriadas e alinhadas com a dimensão e a natureza da ação proposta)

- 6 Viabilidade e exequibilidade técnica e financeira do projeto
- 7 Localização em área de influência do Programa (Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro)
- 8 Planejamento para a auto-sustentabilidade (previsão de meios e ações para garantir a continuidade)
- 9 Replicabilidade (aplicação da solução em outras situações, geração de resultados em outros contextos)
- 10 Plano de monitoramento e avaliação (indicadores e meios de verificação)
- 11 Área geográfica de atuação das instituições proponentes
- 12 Plano de divulgação (visibilidade e consistência dos meios de comunicação utilizados)

Observe-se ainda que, mesmo nesses casos, esses critérios básicos devem ser revistos e adequados à natureza, abrangência e foco da Linha de Atuação, para o qual se estará elaborando o edital e se procedendo à seleção dos projetos a serem efetivamente apoiados pelo Programa<sup>1</sup>.

## **2.5. Forma e Estrutura do Programa**

Definidos os princípios orientadores e os objetivos a serem buscados, além dos temas e linhas de atuação prioritárias e os critérios básicos de seleção e aprovação de ações a serem apoiadas pelo Programa, define-se a seguir, também como resultado do processo de pactuação com os atores locais, sua estrutura geral, ou seja, uma forma a partir da qual serão colocados em prática: princípios, objetivos e ações relacionadas ao temas definidos.

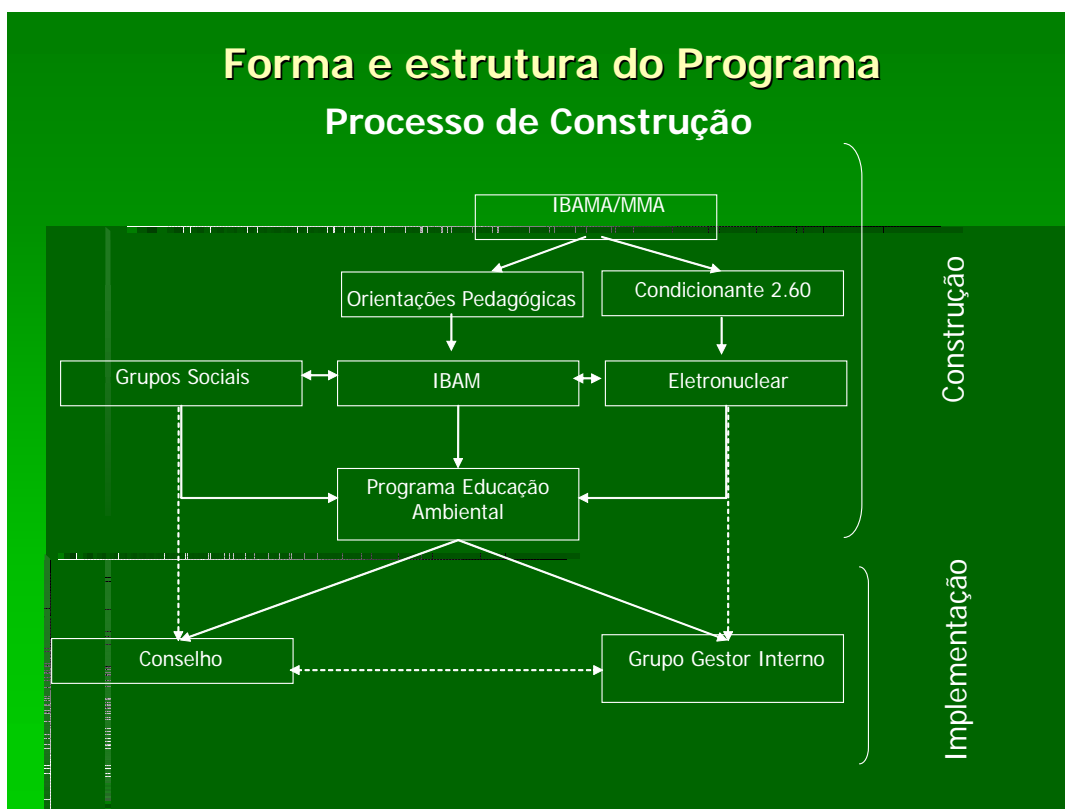
---

<sup>1</sup> Com relação ao manejo de tais critérios para a construção de indicadores efetivos que deverá nortear a ação dos selecionadores recomenda-se que se recorra ao PRODUTO 5 – Proposta de Indicadores para a Seleção, Monitoramento e avaliação de Projetos – incluído no Projeto Energia Sustentável, desenvolvido pelo próprio IBAM para a Eletronuclear nos anos de 2008 e 2009.

No fluxograma, apresenta o processo de construção do Programa de Educação Ambiental e seu desdobramento na direção da efetiva implementação.

Observe-se que na parte superior apresenta-se o processo de construção propriamente dito, conduzido pelo IBAM e ora finalizado e na parte inferior a estrutura fundamental de sua implementação. Nessa direção duas instâncias de governança do Programa são definidas. A primeira, sob responsabilidade exclusiva da ELETRONUCLEAR, constitui-se de um Grupo Gestor Interno, que seria o responsável pela efetiva gestão do Programa, relacionando-se para isso com as demais áreas da Empresa direta ou indiretamente envolvidas com o tema ou com a construção e operação da Unidade III do CNAAA, cabendo-lhe ainda articular-se com os atores externos no que concerne ao Programa de Educação Ambiental propriamente dito, em especial com a segunda instância a ser criada, a de Controle Social.

*Fluxograma 1 – Forma e Estrutura do Programa*





Com relação à segunda instância, externa à Empresa, cabe observar que sua constituição decorre de recomendação contida nas orientações pedagógicas expedidas pelo IBAMA.

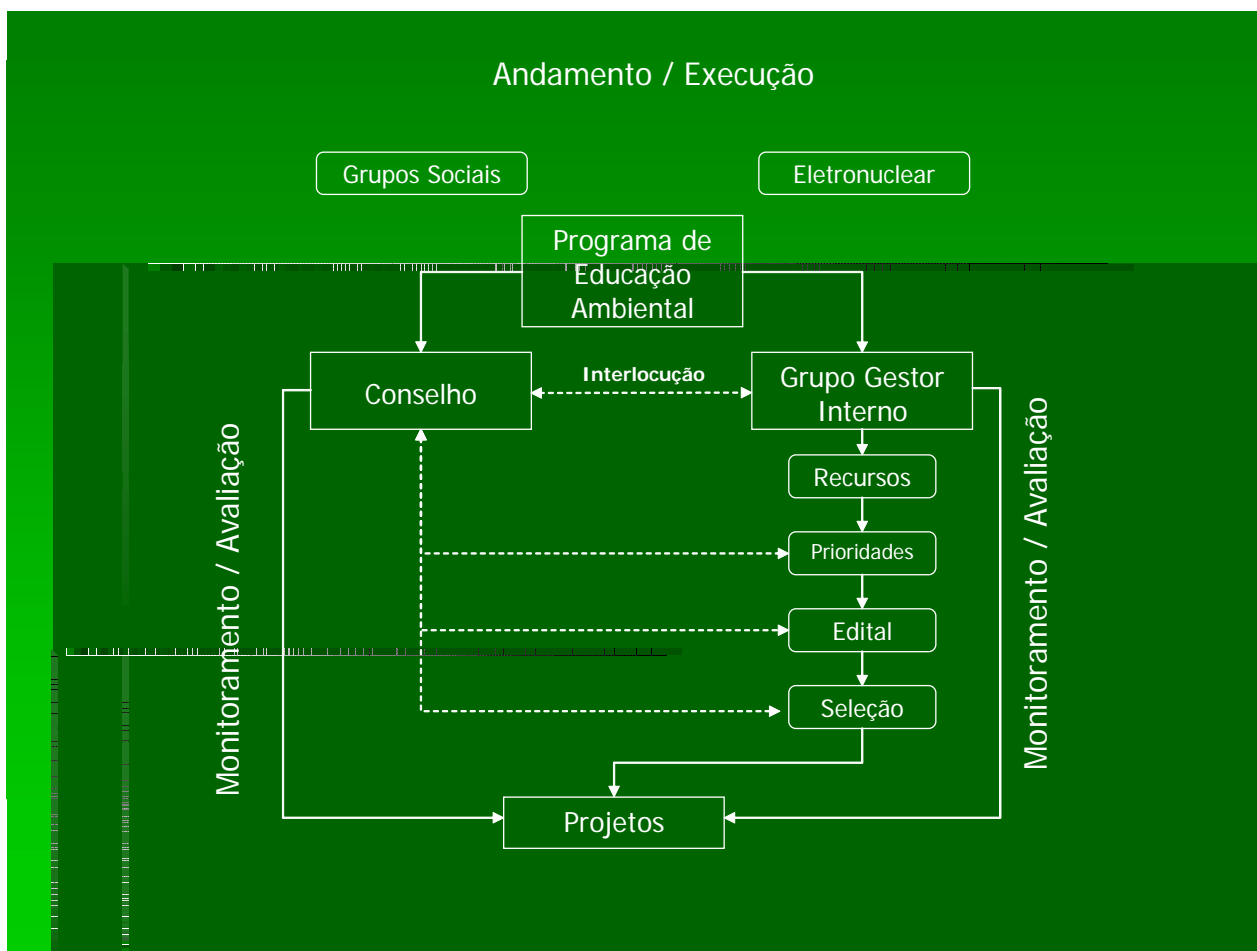
Tal instância deverá ser constituída por representações institucionais e dos grupos e organizações sociais da região que participaram do processo de construção do Programa. Seu embrião decorre do próprio processo participativo que levou à construção do Programa.

Sua função seria a de exercer o Controle Social do Programa, opinando e sugerindo indicadores e critérios de seleção de projetos, validando os processos de seleção e apoiando a Empresa no monitoramento de suas avaliações.

A forma de sua constituição, regimento interno e eventual necessidade de recursos para sua operação deverão ser objetos de deliberação dos representantes da sociedade civil de região e de negociação com a Empresa, especialmente com o Grupo Gestor Interno, após a sua criação. Realce-se, todavia, que já se constituiu em ponto de consenso o caráter dessa instância, com funções colaborativas e não deliberativas, mesmo que participando das deliberações referentes ao Programa. A expectativa, aliás, é que tais espaços institucionais deveriam apoiar-se e colaborar entre si constantemente, sempre seguindo as diretrizes e orientações gerais definidas no processo de construção do Programa, viabilizando assim um correto processo de implementação do mesmo.

O Fluxograma 2, a seguir apresentado, detalha os procedimentos consensados para sua implementação:

Fluxograma 2 – Rotinas de Relacionamentos na Execução do Programa



Observe-se que nesse fluxograma está representado o processo de andamento/execução do Programa, assim como seu monitoramento, e teria como pressuposto – assim como no caso anterior – a permanente colaboração entre as instâncias interna (Grupo Gestor) e externa (Instância de Controle Social) de influência sobre o Programa. As duas teriam como função, com seus instrumentos específicos, fazer o monitoramento e a avaliação de todas as etapas do Programa, sendo que a ELETRONUCLEAR se comprometeria em oferecer as informações necessárias ao correto acompanhamento por parte dos grupos sociais. A definição dos recursos financeiros disponíveis para cada período e/ou seleção pública do Programa seria prerrogativa da ELETRONUCLEAR e, em todas as outras fases do processo de execução (definição de prioridades, elaboração de editais e

seleção de projetos), a Instância externa de Controle seria obrigatoriamente consultada e chamada a colaborar.

Como se disse no início deste documento, a área de abrangência do Programa é a dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro. A entidade responsável por sua implementação é a ELETRONUCLEAR, fazendo o Programa parte de suas políticas, ficando a empresa responsável, portanto, por financiar (sem o prejuízo de eventuais contrapartidas que permitam aumentar o escopo e a escala das ações) os projetos, e por viabilizar sua estrutura interna de funcionamento (forma de recebimento e seleção de propostas de ação, trâmites burocráticos, acompanhamento das ações, etc), respeitando inclusive as exigências e formatações definidas no “Roteiro para a elaboração do Programa de Educação Ambiental”, anexo ao documento que contém as “Orientações Pedagógicas para a Elaboração e Operacionalização do Programa de Educação Ambiental no Licenciamento de Angra III”, determinado pelo IBAMA.

A materialização desse processo deve se dar levando-se em consideração o seguinte: sendo a ELETRONUCLEAR a entidade responsável por financiar e administrar diretamente o Programa de Educação Ambiental, a equipe responsável por tais tarefas tem a prerrogativa de executar tal Programa em conformidade com as diretrizes institucionais e as balizas jurídicas de atuação da empresa, *mas devem, necessariamente, fazê-lo respeitando e cumprindo as diretrizes gerais definidas no processo de construção coletiva do qual este documento é o resultado, no que se refere aos princípios, objetivos, temas e linhas de atuação, e forma e critérios gerais de seleção e aprovação de ações.*

Assim, se pode demarcar uma estrutura geral para o processo de execução do Programa de Educação Ambiental, recortando cinco momentos principais em seu processo de execução:

- I. definição do aporte de recursos financeiros para um determinado período;
- II. definição de prioridades específicas, dentro do conjunto já especificado, em face da disponibilidade de recursos;
- III. elaboração, validação e processo de divulgação de instrumentos de seleção pública;
- IV. processo de seleção e aprovação de ações e projetos a serem apoiados e;
- V. monitoramento e avaliação das ações executadas.

Além disso, o Programa de Educação Ambiental deve ser integrado, em seu processo de implementação e execução com os sistemas de indicadores de monitoramento e avaliação de programas e projetos já existentes no contexto das políticas da empresa, garantindo assim que, além da dinâmica de controle social – que tem um caráter externo – torne-se realidade a construção de sistema de monitoramento e avaliação interno para garantir a eficiência e a efetividade das ações do Programa.

### 3. PLANO DE AÇÃO PARA INSTITUCIONALIZAÇÃO, IMPLEMENTAÇÃO E EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA ELETRONUCLEAR

Uma vez construído e validado e, portanto, criado, o Programa de Educação Ambiental precisa ser institucionalizado e sua estrutura precisa ser implementada, para que possa assumir existência real dentro do escopo das políticas da ELETRONUCLEAR.

Um Programa tem como finalidade última, sem dúvida, manifestar-se em um conjunto de ações; mas tal conjunto só se configurará como um Programa na medida em que esteja articulado por uma série de princípios e diretrizes e em meio a uma estrutura que lhes dê coerência interna, que possa manifestar, nesse conjunto, o caminho escolhido quando da construção daqueles princípios e diretrizes.

O Programa de Educação Ambiental, resultado de processo de construção coletiva com a participação dos diferentes grupos sociais dos municípios de Angra dos Reis, Paraty e Rio Claro, é efetivado por seus **princípios, objetivos, temas e linhas de ação prioritárias, critérios de seleção e aprovação de ações, sua forma e sua estrutura**. Esse é o núcleo que dará unidade e coerência às ações por ele apoiadas quando estiver *institucionalizado, implementado e em execução*.

Portando, para que este Plano de Ação possa ser compreendido e colocado em prática em sua plenitude, parece conveniente delimitar os **três** passos fundamentais da existência de um Programa:

1. **ELABORAÇÃO/CONSTRUÇÃO**: passo em que são elaboradas e construídas as diretrizes orientadoras de um Programa, que servirão, ao longo da sua

existência, para circunscrever suas ações às finalidades que orientaram a necessidade de sua criação. No caso do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR, tal etapa foi realizada pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, a partir de um processo de construção participativa orientado pelas exigências do processo de licenciamento da Unidade III da CNAAA;

2. **IMPLEMENTAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO:** passo em que, uma vez criado o Programa (ou seja, consolidado o texto que contém suas diretrizes e orientações gerais), ele deve passar por um processo de negociação interna à instituição que irá executá-lo (nesse caso, a ELETRONUCLEAR), para que possa ser *institucionalizado* dentro da estrutura de tal instituição, ou seja, além de ter sido *criado* e *construído* em sua substância, deve também ser *criado* no sentido institucional do termo, deve passar a ter **existência formal**; além disso, nesse passo, devem ser detalhados sua estrutura interna de funcionamento e seus principais procedimentos burocráticos;
3. **EXECUÇÃO:** passo em que o Programa, uma vez *criado, institucionalizado e implementado*, deve ser colocado em prática para cumprir sua finalidade, nesse caso através da elaboração e publicação de instrumentos de seleção pública que orientarão a seleção e o financiamento de projetos, bem como de seus processo de acompanhamento e avaliação. Deve-se notar que essa é uma etapa a princípio permanente, que deve manter-se ativa enquanto durar o próprio Programa.

Este Plano de Ação visa apresentar alguns passos e subsídios, aplicados especificamente ao caso do Programa de Educação Ambiental, para facilitar o processo de **IMPLEMENTAÇÃO/INSTITUCIONALIZAÇÃO** do Programa e, portanto, visando colaborar para que se possa atingir, o mais rápido possível, sua etapa de **EXECUÇÃO**. Porém, antes disso, é preciso que se faça algumas

advertências importantes, para que este documento não entre em contradição com o processo participativo que permitiu a concepção e construção do Programa de Educação Ambiental:

- Os exemplos (tabelas, modelos, etc) apresentados a seguir são exemplificativos e pretendem ilustrar os passos de implementação do Programa – é importante notar que, segundo o próprio texto do Programa criado, os projetos por ele apoiados devem passar por procedimento de seleção pública, e portanto não é possível prever com antecipação seus detalhes e estratégias;
- O processo de construção do Programa de Educação Ambiental da ELETRONUCLEAR é, em grande medida, um processo com metodologia inovadora no âmbito das Políticas de Responsabilidade Socioambiental e de Meio Ambiente de grandes empresas (públicas ou privadas); ainda que seja fruto de um processo de licenciamento, tal construção priorizou a pactuação de **diretrizes e orientações gerais, de forma participativa**, com os grupos sociais do entorno do empreendimento e, ainda, partindo de um olhar específico ligado ao seu campo de atuação (geração de energia/questão nuclear) e área de influência. Isso quer dizer que sua **metodologia de construção** é amplamente generalizável, uma vez que rompe com a representação comum de que um Programa é apenas uma coleção de ações sem articulação entre si, mas que seus **resultados** são aplicados a uma realidade específica, a de uma empresa produtora de energia nuclear, com uma área de influência específica, não podendo tais resultados ser transpostos automaticamente a outros contextos;
- Se admitirá aqui a hipótese de que o Programa funcionará com a colaboração de uma Instância de Controle Social (Conselho Colaborativo)

nos moldes apresentados no texto do Programa e a ser igualmente instituída.

### 3.1 - Passo 1 – Institucionalização

A primeira ação a ser executada para viabilizar a institucionalização e a implementação do Programa de Educação Ambiental, será, como antes demonstrado, a formação de um **Grupo Gestor Interno**, dentro da estrutura da ELETRONUCLEAR, para concentrar a responsabilidade sobre as tarefas a serem executadas. Tal ação tem como finalidade evitar a dispersão e conseqüente falta de articulação entre os processos de tomada de decisão das diversas áreas da empresa que estão necessariamente envolvidas com o Programa de Educação Ambiental.

Dessa forma sugere-se, nesse Plano de Ação, que a formação desse grupo preceda qualquer outra ação, e que se viabilize sua estruturação através de uma estratégia de composição de tal grupo que contemple representantes dos diversos setores envolvidos em todos os níveis decisórios, inclusive os níveis gerenciais.

A função de tal grupo será a de avaliar a viabilidade e executar as ações necessárias à consecução dos próximos passos, notadamente:

1. Atuar no processo de validação da construção do Programa de Educação Ambiental, junto ao IBAMA;
2. Preparar o processo de negociação interna, no âmbito da ELETRONUCLEAR, para a institucionalização do Programa, notadamente no que se refere aos seguintes itens, indispensáveis para viabilizar a implementação e a correta execução do Programa de Educação Ambiental:



- Definição, junto ao Departamento Jurídico da empresa, dos itens constantes do texto do Programa que necessitam de regulações coerentes com as balizas jurídicas e institucionais que as configuram;
- Estruturar, no âmbito desse Grupo Gestor, uma equipe permanente – seja ela contratada ou alocada – que será responsável, na transição entre os processos de institucionalização, implementação e execução, pela gestão do Programa, no sentido de responsabilizar-se por suas rotinas administrativas, acompanhamento e controle dentro da ELETRONUCLEAR;
- Determinação, *antes de processo de implementação*, das ações necessárias para viabilizar – jurídica e institucionalmente – os procedimentos internos necessários à adoção, por parte do Programa, da forma de aprovação e contratação de projetos pactuada tanto no âmbito da construção participativa quanto no âmbito das discussões internas à ELETRONUCLEAR ao longo do processo de construção do Programa: a elaboração de editais de seleção pública em acordo com as diretrizes definidas no textos do Programa;
- Definição, *antes do processo de implementação*, da quantidade de recursos disponíveis para o Programa, assim como o seu tempo de maturação. Este ponto se mostra de fundamental importância nesse momento, uma vez que dele vai depender todo o funcionamento posterior do Programa de Educação Ambiental, ou seja, a viabilidade do estabelecimento de uma carteira de projetos seguindo as diretrizes definidas pelo documento que o orienta.

Em resumo, esse passo engloba:

1. Formação do Grupo Gestor Interno;
2. Validação do processo de construção junto ao IBAMA;
3. Formação de equipe;
4. Viabilização dos procedimentos internos para seleção pública e;
5. Definição dos recursos disponíveis e seu tempo de maturação.

Esse primeiro passo deve, portanto, produzir alguns resultados, que devem ser formalmente estruturados, **notadamente no que se refere à definição dos recursos disponíveis e de seu tempo de maturação**. A planilha abaixo pode servir como ilustração dessa formalização e contém números e períodos, evidentemente, simulados:

CRONOGRAMA PRELIMINAR DE DESEMBOLSO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL					
DISCRIMINAÇÃO	DESEMBOLSO				
ELEMENTO DE DESPESA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
<i>Custos de Administração</i>	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 200,00
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ 4.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 4.200,00</b>

De posse de tais definições – como se poderá ver mais adiante – será possível nos passos seguintes elaborar rotinas mais detalhadas e, principalmente, definir o escopo das ações a serem financiadas *segundo os recursos disponíveis*, de forma complementar àquele já definido pelo processo participativo que criou o Programa de Educação Ambiental.

### 3.2 - Passo 2 – Implementação

Uma vez organizado o Grupo Gestor Interno e definida a equipe de gestão do Programa, e uma vez validado o texto-base junto ao IBAMA, além de

encaminhadas todas as outras ações do Passo 1, será necessário retomar o contato com os grupos sociais envolvidos com o processo de construção para verificar a forma e condição da institucionalização do Conselho Colaborativo do Programa, que, como visto, representará sua instância de controle social.

Para que isso seja possível, deve-se estimular que os grupos sociais da região mantenham e aprofundem sua articulação para formar tal *Conselho*, bem como a forma e natureza do apoio da Empresa para sua operacionalização.

Se o **Passo 1**, cujo objetivo principal foi o de *institucionalizar* o Programa, o **Passo 2**, ora tratado, direciona-se à criação das condições para a sua *implementação*. Nele se define como necessário, **conforme a possibilidade, a disposição dos grupos sociais e as eventuais determinações do IBAMA**, que:

1. Se retome, como já mencionado, o contato com os grupos sociais envolvidos no processo de construção do Programa e;
2. Se colabore, da melhor forma possível e conforme disponibilidade definida pela ELETRONUCLEAR, com o processo de institucionalização desse Conselho Colaborativo do Programa.

Uma vez superados esses procedimentos, se pode dizer que o Programa, ora construído e apresentado, terá sido formalmente instituído, estando portanto em plena condição de ser implementado.

O passo seguinte se propõe a fornecer uma visão do Programa em relação à sua execução.

### **3.3 - Passo 3 – Procedimentos para a Execução do Programa**

#### **3.3.1 Definição das prioridades para o período inicial**

Segundo a estrutura definida para o Programa, o primeiro passo a ser dado quando do processo de execução é a definição das prioridades para financiamento de projetos para determinado período, segundo os recursos disponíveis. Assim, o Grupo Gestora do Programa, na ELETRONUCLEAR, com ao apoio da instância de controle social criada, deve estabelecer as prioridades de financiamento, segundo os Temas e Linhas de Atuação definidas e validadas para o Programa, tendo com fato limitador o total de recursos alocados ao Programa como um todo, como visto, um dos procedimentos fundamentais de se institucionalização. Trat-se portanto de planificar a alocação dos recursos no tempo e segundo as linhas de atuação em função das prioridades estabelecidas

Conforme foi dito, dependendo da quantidade de recursos disponíveis e de sua maturação, pode-se definir um ou mais temas como prioritários para cada período; pode-se, também, definir que os recursos disponíveis serão distribuídos de forma igual para cada tema. Abaixo, exemplos ilustrativos de planilhas para os dois casos, detalhando-se o cronograma preliminar de desembolso definido na fase de institucionalização do Programa:

<b>CRONOGRAMA PRELIMINAR DE DESEMBOLSO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>					
DISCRIMINAÇÃO	DESEMBOLSO				
ELEMENTO DE DESPESA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
<i>Custos de Administração</i>	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 200,00
<b>ENERGIA</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
<b>DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
<b>FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
<b>PLANEJAMENTO TERRITORIAL</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 4.200,00</b>

Ou como alternativa, igualmente ilustrativa:

<b>CRONOGRAMA PRELIMINAR DE DESEMBOLSO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>					
DISCRIMINAÇÃO	DESEMBOLSO				
ELEMENTO DE DESPESA	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
<i>Custos de Administração</i>	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 200,00
ENERGIA					
<i>Financiamento de Projetos</i>	R\$ 1.000,00				R\$ 1.000,00
DESENVOLVIMENTO LOCAL					
<i>Financiamento de Projetos</i>		R\$ 1.000,00			R\$ 1.000,00
FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO					
<i>Financiamento de Projetos</i>			R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
PLANEJAMENTO TERRITORIAL					
<i>Financiamento de Projetos</i>				R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 4.200,00</b>

De posse dessa programação orçamentária, será possível definir com mais clareza as formas de seleção (sendo prioridade, como visto a forma definida pelos grupos que participaram da construção do Programa o edital de seleção pública). Particularmente se sugere, que para cada Linha de Atuação se defina um conteúdo específico para o edital de seleção pública, que deverá no momento apropriado, tornado público. É importante chamar atenção para o fato que cada uma das peças e, se for o caso forma, de seleção do projeto apoiado deverá ser objeto de consulta e análise junto ao conselho colaborativo.

### **3.3.2 Elaboração de edital de seleção pública**

Definidas as prioridades para o período, o Grupo Gestor da ELETRONUCLEAR deve passar à elaboração do edital de seleção pública que, uma vez elaborado, deve ser apresentado ao Conselho Colaborativo para que este dê suas sugestões antes da publicação.

Como se disse no Passo 1, o Grupo Gestor deve verificar com antecedência, na fase de institucionalização do Programa, os procedimentos necessários para

viabilizar, do ponto de vista burocrático, a elaboração e publicação destes editais. Não obstante, seu conteúdo deverá estar quase integralmente subordinado ao que consta no texto-base do Programa, uma vez que as ações a serem financiadas têm, necessariamente, que respeitar seus princípios, objetivos, linhas de atuação e critérios de aprovação.

Deve-se definir como o conjunto de critérios acima exposto e os outros critérios definidos por necessidade institucional serão hierarquizados. Isso quer dizer que certos critérios podem ser definidos como excludentes (ou seja, seu não atendimento significará a exclusão do proponente do processo), e o peso que cada um dos critérios terá quando do processo de seleção dos projetos, para que tal hierarquização conste de forma transparente no edital de seleção.

Supondo que, em determinado período, tenha sido definido como prioridade o tema “Desenvolvimento Local”, pode-se ver abaixo um conjunto de itens, **na forma de modelo**, que de forma sucinta apresentam aquilo que deve ser contemplado no edital de seleção pública.

***i) Apresentação***

*Deve-se contextualizar aqui, de forma sucinta, o que é o Programa de Educação Ambiental, como se deu seu processo de construção, e a que se destina este edital, quais os recursos disponíveis para a seleção a que ele se destina e a quantidade de projetos a serem financiados.*

***ii) Princípios e Objetivos***

*Deve-se apresentar aqui quais são as diretrizes orientadoras do Programa e o que se espera dos projetos a serem financiados, a partir dos princípios, objetivos e temas transversais do Programa de Educação Ambiental.*

**iii) Linhas de Atuação**

*Deve-se apresentar aqui o(s) Tema(s) e a(s) Linha(s) de Atuação a serem contempladas no presente edital (neste exemplo, dentro do tema “Desenvolvimento Local”), que tipos de projetos podem se encaixar em cada uma das linhas de atuação (“Incentivo a práticas sustentáveis”) e (“Turismo Sustentável de Base Comunitária”), e a justificação de sua centralidade tendo em vista o contexto regional e a área de atuação da empresa.*

**iv) Documentação**

*Deve-se deixar claro, de forma detalhada, quais os documentos necessários a cada proponente para que possam participar da seleção, e, caso exista, em que tipo de modelo os projetos devem ser apresentados.*

**v) Inscrição**

*Deve-se indicar aqui as datas e horários de início e término das inscrições, a quantidade de projetos que podem ser recebidos por proponente, os procedimentos de inscrição detalhados (formulários, locais de inscrição, etc.), e vedações e impedimentos para determinados públicos.*

**vi) Critérios de Seleção**

*Aqui devem ser apresentados, de forma transparente (conforme se mostrou anteriormente), quais serão os critérios utilizados para a seleção dos projetos, qual o peso de cada um no processo de seleção, as fases e prazos de tal processo, a forma de interposição de recursos ou a não-previsão destes últimos.*

**vii) Contrato**

*Devem ser informadas aqui detalhadamente as condições de contratação. No caso dos projetos que serão selecionados, os documentos necessários para a contratação, os prazos envolvidos, as condições de rompimento ou suspensão de contratos, assim como outros limitativos jurídicos que a ELETRONUCLEAR julgue procedente em relação ao cumprimento do contrato.*

**viii) Comunicação Corporativa**

*Deve-se deixar claro para os proponentes quais são as condições impostas pelo contrato no que diz respeito à divulgação da marca da ELETRONUCLEAR nos projetos.*

**ix) Divulgação dos Resultados**

*Será informadas a data prevista de divulgação dos resultados, e as formas em que tal divulgação se dará.*

Vale comentar ainda, que, para a maioria das Linhas de Atuação a ação se concretiza em programas de capacitação ou cursos propriamente ditos, cuja execução deverá estar a cargo de algumas das organizações sociais atuantes na região ou instituição especializada no respectivo tema com atuação estadual ou nacional. Nessas situações o critério de seleção pública por edital, tal como consensado entre os participantes do processo, é o adequado, preservando-se a lisura e a transparência da seleção e, conseqüentemente, valorizando a imagem da Empresa.

Em algumas Linhas de Atuação, todavia, pelas características específicas da ação, a seleção dos projetos ou ações a serem apoiadas pelo Programa, embora devendo ser igualmente pública, não necessariamente deverá se configurar como um curso ou, por outro lado, poderá não ser objeto de uma seleção aberta, mas direcionada.

Na primeira situação identifica-se o tema *Energia*, e mais especificamente, a Linha de Atuação: *Energia Nuclear*, cuja exploração do ponto de vista didático está ao alcance de poucas instituições privadas ou mesmo públicas (a própria



Eletronuclear, Nuclep, ETE etc), além disso, pela importância estratégica dessa Linha de Atuação para o público da região, deve ser direcionada não a um público específico mas a sua totalidade. Nesse caso, seria mais oportuno que se desse prosseguimento às ações de esclarecimento público que a Empresa já desenvolve na forma de campanhas educativas e de esclarecimentos, cartilhas e publicações de fácil acesso e linguagem adequada aos diferentes segmentos do público, tornando sua veiculação obrigatória em todos os cursos promovidos pelo Programa.

Ainda nessa situação as Linhas de Atuação associadas ao Tema *Planejamento do Território*, embora possam ser objeto de cursos específicos, para públicos igualmente específicos, também podem ser objeto de publicações e campanhas de esclarecimento, uma vez que as ações de planejamento do território cabem às respectivas prefeituras municipais e certamente estarão incluídas em outros condicionantes do licenciamento.

Na segunda situação, onde a ação deve se configurara como um curso ou parte de cursos, mas não necessariamente devem ser objeto de seleções abertas encontram-se as ações incluídas na Linha de Atuação *Educação Formal e não formal*, pelo menos no que toca á Educação Formal, trata-se de uma negociação com as redes de escolas públicas municipais, para apoiar a inclusão do tema na grade regular ou complementar da formação dos alunos.

Oportunamente, quando da implementação do Programa essas questões deverão ser objeto de aprofundamento por parte do Grupo Gestor do Programa e da instância de Controle Social que deverá estabelecer consenso sobre tais encaminhamentos.

### **3.3.3 Publicação/divulgação do edital**

Após a elaboração do edital e a interlocução com o Conselho Colaborativo – notadamente no que diz respeito à fidelidade do mesmo ao texto-base do Programa – o Grupo Gestor deve usar dos meios disponíveis para publicar e promover a melhor divulgação possível do instrumento de seleção.

Tendo em vista que os princípios e objetivos do Programa, assim como suas estratégias didático-pedagógicas, dão bastante ênfase às questões da comunicação e da divulgação (e de suas diferentes estratégias para diferentes grupos sociais), e visando portanto permitir a mais ampla participação possível, sugere-se não só a divulgação do edital em todos os meios disponíveis, mas também a elaboração e divulgação, em meio eletrônico, de um roteiro para elaboração de projetos conforme as exigências do edital, em linguagem acessível a todos os grupos sociais.

Deve-se também integrar – como parte de sua função colaborativa – a Instância de Controle Social, ao processo de divulgação do edital de seleção e dos instrumentos a serem elaborados para facilitar a participação de todos os interessados em propor projetos a serem financiados pelo Programa de Educação Ambiental.

### **3.3.4 Avaliação dos aspectos formais/seleção**

Terminado o período de proposição de projetos, e tendo o Grupo Gestor recebido as propostas, deve-se antes de tudo proceder a uma análise do atendimento dos aspectos formais exigidos pelo edital, a fim de proceder a uma pré-seleção de projetos que atendam, no mínimo, esses aspectos. Além das questões relativas à documentação necessária, deve-se verificar a coerência de tais ações com os

princípios e objetivos do Programa, além de atentar para sua conformação ao(s) Tema(s) e Linha(s) de Atuação.

Tendo em vista o processo de interlocução entre a ELETRONUCLEAR e os Grupos Sociais, levando-se em consideração o volume de projetos em condições de serem financiados e os recursos disponíveis, o Grupo Gestor deverá selecionar, com base nos critérios descritos no edital, um conjunto amplo de projetos e, juntamente com o Conselho Colaborativo, proceder à seleção final dos projetos a serem financiados.

A planilha abaixo (tomando-se como base a hipótese de um edital que contemple o tem “Desenvolvimento Local”), atualiza aquelas apresentadas anteriormente, aplicando-se ao momento em que os projetos já estiverem selecionados e contratados:

<b>CRONOGRAMA PRELIMINAR DE DESEMBOLSO DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>					
DISCRIMINAÇÃO ELEMENTO DE DESPESA	DESEMBOLSO				
	ANO 1	ANO 2	ANO 3	ANO 4	TOTAL
<i>Custos de Administração</i>	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 50,00	R\$ 200,00
<b>DESENVOLVIMENTO LOCAL</b>					
<i>Projeto A</i>	R\$ 200,00				R\$ 200,00
<i>Projeto B</i>	R\$ 200,00				R\$ 200,00
<i>Projeto C</i>	R\$ 200,00				R\$ 200,00
<i>Projeto D</i>	R\$ 200,00				R\$ 200,00
<i>Projeto E</i>	R\$ 200,00				R\$ 200,00
<b>ENERGIA</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>		R\$ 1.000,00			R\$ 1.000,00
<b>FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>			R\$ 1.000,00		R\$ 1.000,00
<b>PLANEJAMENTO TERRITORIAL</b>					
<i>Financiamento de Projetos</i>				R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00
<b>TOTAL GERAL</b>					<b>R\$ 4.200,00</b>

Evidentemente, tais planilhas tentam exemplificar a necessidade de se formalizar e acompanhar de forma organizada todos os processos envolvidos na

institucionalização, implementação e execução do Programa. No entanto, por óbvio, o cronograma de desembolso que serve como exemplo a essa exposição não deve ser considerado como o único instrumento de formalização de que se trata, sendo portanto necessário que sejam criadas, ao longo da execução do Programa, rotinas que contemplem outros aspectos da organização do Programa, como o quadro de sua equipe permanente com suas funções, dos recursos administrativos utilizados, organização de documentos e prestações de conta relativos a cada projeto, e assim por diante, bem como os indicadores que servirão por base ao monitoramento e a avaliação específicas de cada projeto, tendo por base os objetivos pretendidos na proposta e fatores de medição para a consecução das metas estabelecidas.

### **3.3.5 Acompanhamento das ações**

Assim, uma vez que estejam contratados os projetos e o Programa esteja em execução, a dinâmica de colaboração entre ELETRONUCLEAR e o Conselho deve se manter ativa no processo de acompanhamento das ações, já tangenciado ao final do item anterior.

É prerrogativa da ELETRONUCLEAR, evidentemente, acompanhar e monitorar as ações do Programa de Educação Ambiental, tanto do ponto de vista propriamente administrativo (relatórios, prestações de contas, etc.) quanto do ponto de vista da consecução das suas finalidades. Para isso, será preciso integrar o Programa de Educação Ambiental ao Sistema de Monitoramento e Avaliação das Políticas da empresa, construindo indicadores de processo e de resultado específicos para o Programa e acompanhando-os sistematicamente de forma a permitir um retrato do andamento e dos impactos dos projetos financiados.

Além disso, a ELETRONUCLEAR deve fornecer e compartilhar as informações que sejam pertinentes ao Programa e aos projetos que financia com o Conselho

Colaborativo e permanecer aberta ao diálogo acerca das sugestões e apontamentos feitos por tal Instância, para que ela possa cumprir sua função e acompanhamento e monitoramento das ações de acordo com as diretrizes definidas no texto-base que constitui o Programa de Educação Ambiental.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista todos os dados e análises apresentados neste documento e nos relatórios anteriores, e levando-se em consideração toda a complexidade envolvida em processos que procuram problematizar, de forma participativa, as representações de diferentes grupos sociais com diferentes interesses e expectativas, com o objetivo de conseguir resultados práticos na implementação de políticas, programas e projetos, seguem abaixo algumas considerações, que constituem sugestões de base ou realçam aspectos já alinhados nesse documento para um esboço geral de caminhos para a efetiva implementação do Programa de Educação Ambiental:

- Para ser colocado em andamento, é preciso constituir uma equipe específica para geri-lo, que estabeleça metas condizentes com as diretrizes já definidas no âmbito da Empresa e tenha capacidade de integrar o Programa de Educação Ambiental ao conjunto das políticas corporativas de Responsabilidade Socioambiental, Meio Ambiente e Comunicação Social;
- Para isso, é necessário que desde já se aprofunde o processo já iniciado de discussão interna acerca do estabelecimento de um Grupo Gestor para acompanhar e viabilizar o processo de implementação do Programa;
- Aos representantes desse Grupo Gestor, sugere-se, que busquem manter e aprofundar o diálogo com os grupos sociais que participaram do processo de construção do Programa, na direção da efetiva constituição e operacionalização da instância de controle social requerida. Nesse sentido ressalta-se novamente – como já enfatizado nos relatórios anteriores – a importância do reconhecimento da legitimidade do processo decisório realizado em campo nessa construção, bem como o desejo manifesto das

entidades participantes de serem co-gestoras dos processos de implementação e de execução do Programa de Educação Ambiental.

- Sugere-se, ainda, que a partir de dados de pesquisas complementares, visitas e contatos informais realizados, que se articule a exigência da implementação do **Programa de Educação Ambiental**, com as condicionantes específicas que determinam a continuidade do apoio aos projetos **POMAR e Trilha Porã**, tendo em vista sua relação estreita com processos de ensino-aprendizagem que se configuram como de Educação Ambiental. Além disso, sugere-se também uma análise mais aprofundada acerca da reestruturação do projeto Ilha Viva Sertão Vivo, gerido pela Prefeitura de Angra dos Reis, que não pode ser acompanhado mais de perto pelo fato de suas atividades estarem paralisadas e seus princípios sendo repensados quando da execução das atividades do IBAM na Costa Verde;
- Por fim, vale lembrar que no *Projeto Energia Sustentável*, elaborado pelo IBAM para a Eletronuclear recentemente, todas as ações da Empresa nas áreas de Responsabilidade Social e Meio Ambiente foram analisadas e que um dos três focos de convergência das ações para a constituição de uma política de responsabilidade socioambiental e de comunicação social da empresa, encontrava-se o tema da Educação Ambiental. Embora não detalhado como nesse trabalho, alguns aspectos daquele projeto guardam bastante similaridade e convergência com esse e, em outros aspectos, como no caso de procedimentos relativos à construção e manejo de indicadores de seleção e monitoramento de projetos, alinham-se ali recomendações que por certo serão úteis e complementam as recomendações operacionais aqui contidas.